

**Modernismos, futurismos e outros “ismos”:
a imprensa brasileira e os debates sobre a língua no Brasil dos anos 1930**

**Modernisms, futurisms and other “isms”:
the Brazilian press and debates about language in Brazil in the 1930s**

**Modernismos, futurismos y otros “ismos”: la prensa brasileña y los debates
sobre la lengua en Brasil en la década de 1930**

Beatriz Rodrigues¹

Vera Lúcia Silva Vieira²

Resumo: Este artigo propõe apresentar algumas reflexões acerca do modernismo brasileiro e suas repercussões em finais da década de 1920, com destaque para os debates sobre a língua portuguesa no Brasil a partir de textos que circularam em diferentes locais do país, como Ceará, Espírito Santo e Paraná. Por meio de jornais e revistas, é possível compreender o panorama artístico-cultural da época e a conformação do próprio movimento modernista em seus ideais linguísticos. Trata-se, portanto, de um movimento complexo que precisa ser analisado fora do seu eixo tradicional e em suas distintas composições e lugares de produção.

Palavras-chave: História. Língua. Modernismo brasileiro.

Abstract: This paper proposes to present some reflections on Brazilian modernism and its repercussions in the late 1920s, with emphasis on the debates on the Portuguese language in Brazil based on texts that circulated in different places, such as Ceará, Espírito Santo and Paraná. Through the newspapers and magazines, it is possible to understand of the artistic-cultural panorama of the period and to the conformation of the modernist movement itself in its linguistic ideals. It's about, moreover, a complex movement that needs to be analyzed outside its traditional center and in its different compositions and places of production.

Key words: History. Language. Brazilian modernism.

Resumen: Este artículo se propone presentar algunas reflexiones sobre el modernismo brasileño y sus repercusiones a fines de la década de 1920, con énfasis en los debates sobre la lengua portuguesa en Brasil a partir de textos que circularon en diferentes partes del país, como Ceará, Espírito Santo y Paraná. A través de diarios y revistas es posible comprender el panorama artístico-cultural de la época y la conformación del propio movimiento modernista en sus ideales lingüísticos. Es, por tanto, un movimiento complejo que necesita ser analizado fuera de su eje tradicional y en sus diferentes composiciones y lugares de producción.

Palabras clave: Historia. Lengua. Modernismo brasileño.

Os senhores futuristas sobre cujos ombros pesa a responsabilidade da nossa desejada independência intelectual, devem ser a guarda avançada das nossas aspirações libertarias, realizando no seculo XX aquillo que foi um sonho das gerações passadas.
Euclides Cezar

Euclides Cezar, responsável pela epígrafe acima, foi escritor, ativista e professor de línguas “em quasi todos os colégios” de Fortaleza, assim declarou um amigo (BESSA, 1987, p. 187). O artigo fora publicado em *A Razão*, periódico cearense, e expressava o anseio por “libertação intelectual” típico dos anos 1930. Tal aspiração era antiga e havia sido grandiosamente conquistada pelos “senhores futuristas”, de acordo com o escritor.

Para Euclides Cezar e tantos outros à época, o modernismo (dito de maneira geral, sem especificações ou diferenciações entre os trabalhos que compunham o movimento) teria lançado luz sobre a literatura e a arte brasileira. Ainda que o modernismo em seu primeiro momento não tivesse um programa bem definido, rejeitava enfaticamente o academicismo, a objetividade, o rigor à forma (especialmente poética) a falta de liberdade intelectual, dentre outros elementos. Segundo Annateresa Fabris, a soma das “negatividades” compunha a própria compreensão de arte e literatura para os modernistas paulistas. O “credo moderno não acontece tanto através de propostas concretas quanto pelo rechaço do passado, quer em termos globais, quer em atitudes estéticas determinadas que investem contra o romantismo e o realismo e seus derivados – regionalismo e parnasianismo” (FABRIS, 1994, p. 76).

Interpretações diversas e, por vezes, entusiasmadas, têm sido produzidas pela crítica especializada em torno do movimento: historiadores, sociólogos, críticos literários, dentre outros intelectuais, dedicaram-se ao tema. Esse é o caso de Antonio Candido que afirmou que o século literário brasileiro havia começado justamente com o Modernismo. Para o sociólogo,

a Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo em 1922 teria sido “o catalisador da nova literatura, coordenando, graças ao seu dinamismo e à ousadia de alguns protagonistas, as tendências mais vivas capazes de renovação, na poesia, no ensaio, na música, nas artes plásticas” (CANDIDO, 1985, p. 124). Porém, foi a partir dos anos 1930 que os frutos do modernismo amadureceram, “fundiram-se a libertação do academicismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário, as tendências de educação política e reforma social; o ardor de conhecer o país” (CANDIDO, 1985, p. 131).

Nem todos, porém, encararam o modernismo com tamanho otimismo. O historiador Daniel Faria (2006, p. 05) afirmou que a ideia de “modernismo” traz certo desconforto e proporciona uma “sensação de encarceramento intelectual”. Para Faria, trata-se de uma denominação generalizante e tendenciosa, na medida em que cria uma espécie de mito historicizante para a literatura brasileira contemporânea. Segundo o autor, o título “modernista” foi instituído por Mário de Andrade alguns anos após a Semana de Arte Moderna como forma de legitimação de um agrupamento literário e político específico, tornado canônico e mais abrangente a partir de 1930 (FARIA, 2006, p. 07).

Na percepção de Faria, a ideia de modernismo “traça a imagem de um momento que funda a história, engendrando uma comunidade (a nação brasileira), e no qual emergem as figuras de heróis dotados de infalibilidade e confrontados por monstruosas contrafações do caos” (FARIA, 2006, p. 14). Nesse processo, os trabalhos de autores renomados, como Oswald de Andrade e Mário de Andrade, passam a ser vistos como parte de um cânone intelectual legítimo, enquanto outros, como Graça Aranha e Cassiano Ricardo, funcionam “às avessas”, como formas desviantes e equivocadas da regra. O nome “modernismo” aparece para o historiador, portanto, como etiqueta que implica a eleição de um projeto estético e político.

As interpretações sobre o conjunto dos movimentos culturais que denominamos genericamente de modernismo foram e ainda são constantemente elaboradas e problematizadas. Trata-se de um movimento complexo e multifacetado que precisa ser analisado em suas distintas composições e lugares de produção. A história não se fecha em interpretações únicas, por mais uníssonas que elas possam parecer. Narrar história(s) é lidar com diferentes visões do passado, com as perspectivas múltiplas daquilo que ocorreu e que nos chegam através do trabalho investigativo e de reescrita de historiadoras e historiadores.

Por meio deste artigo, apresenta-se algumas reflexões acerca do modernismo brasileiro e suas reverberações pelo país em finais da década de 1920. Com esse propósito, a presente análise abarca algumas publicações da imprensa do período sobre a temática, seja declarando

filiação ao movimento, seja rechaçando-o. As polêmicas apresentadas não apenas manifestam opinião, mas, sobretudo, participam ativamente de sua concepção, na medida em que (in)formam e (de)formam a própria composição do movimento, em essência, complexo e contraditório.

Nesse sentido, tem-se também por objetivo destituir o movimento de um centro irradiador, geralmente atribuído a São Paulo em razão da Semana de Arte Moderna e ao Rio de Janeiro, então capital do país. Destaca-se textos publicados em jornais e revistas de Estados como Ceará, Espírito Santo e Paraná. Assim, autores considerados canônicos pela literatura brasileira, tais como Mário de Andrade e Oswald de Andrade não serão destacados aqui. Não se almeja contestar a contribuição dos escritores e poetas ligados ao modernismo paulista, deseja-se apenas evidenciar outras produções veiculadas pela imprensa, muitas vezes desconhecidas pelo público e que se inseriram nesse mesmo debate, transfigurando, muitas vezes, as concepções do próprio movimento Brasil afora.

Levando-se em consideração a abrangência temática do movimento modernista e os limites desse artigo, optou-se por evidenciar materiais que tivessem por objeto uma mesma temática, nesse caso, os debates sobre a língua no Brasil, tema caro a diversos intelectuais modernistas e que foi constantemente debatido nas páginas da imprensa. Questões como a coloquialidade da língua falada e escrita, a proximidade do idioma brasileiro e português, a criação de uma língua brasileira, dentre outros, serão aqui analisados.

Os textos analisados aqui foram produzidos por escritores pouco conhecidos ou, ainda, registrados com pseudônimos – prática bastante comum na imprensa daqueles tempos. Ainda que não se tenha por propósito traçar um estudo detalhado sobre a autoria, acredita-se que o material recolhido colabora para a compreensão do panorama artístico-cultural da época e para a conformação do próprio movimento em seus ideais linguísticos.

Imprensa e Modernismos: interfaces

Desde o século XIX, a imprensa tem funcionado como catalisadora e divulgadora dos debates que acontecem no país. Aproximando-se do público leitor, jornais e revistas passaram a oferecer atualidades diversas: cultura, política, esporte, além de seções especializadas, como moda, cozinha, manuais de etiqueta etc. Seu acabamento mais apurado e o tratamento literário mais simplificado das matérias, de fácil acesso ao público em geral, possibilitou uma maior participação da população na cultura letrada.

A imprensa era notável não apenas pelos textos que publicava e pelas ideias que fazia circular, mas também pelas alterações técnicas envolvidas em seu funcionamento, fundamentais para pensar a história da literatura brasileira. As mudanças nas técnicas e práticas, bem como as novas tecnologias que invadiram a cena, introduziram amplas transformações não apenas na imprensa, como também no cenário urbano, produzindo alterações significativas nas subjetividades, no comportamento dos indivíduos e na percepção dos que passaram a conviver cotidianamente com elas. As novas tecnologias e a imprensa mecanizada transformaram os meios de comunicação, a linguagem e a própria percepção da realidade.

Moderno, modernismo e modernidade: conceitos históricos distintos que precisam ser, ainda que brevemente, perscrutados. Hans Ulrich Gumbrecht nos lembra que, devido à etimologia das palavras modernidade e modernização que derivam do latim *hodiernus*, tem sido possível usar o adjetivo moderno desde o final da Antiguidade para estabelecer distinções entre o estágio presente e o anterior da história das instituições (GUMBRECHT, 1998, p. 09). De fato, o termo moderno é o mais antigo e, segundo Antoine Compagnon, apareceu em latim vulgar no fim do século V designando algo recente, vinculado ao agora. *Modernus* não constituía o que era novo, mas o presente, o atual, contemporâneo daquele que falava. Nesse caso, o moderno se distinguiria do velho e do antigo, ou seja, do passado totalmente acabado (COMPAGNON, 2010, p. 16-17).

Aparecendo pela primeira vez em Balzac (Cf. COMPAGNON, 2010, p. 16-17) no ano de 1823, no sentido do que é moderno, o termo modernidade constituiu-se de maneira plural carregando diversas interpretações. Para Marshall Berman, a modernidade teria se iniciado no século XVI, período em que os indivíduos começam a experimentar mudanças que posteriormente foram designadas por vida moderna, ainda que sem uma compreensão visível do que os atingia. Somente no século XX, segundo Berman, a modernidade se alarga atingindo níveis mais altos de consciência das alterações em curso nas sociedades, embora, tais mudanças e suas formas de apreensão não fossem homogêneas e contínuas (BERMAN, 1982).

Embora o termo modernidade tenha se implantado lexicalmente apenas no século XIX, os anos de 1750 e 1850 representaram, de acordo com Reinhart Koselleck, uma transição entre o início da modernidade e a modernidade propriamente dita. O conceito só passou a ganhar sentido em contraste com o período anterior (KOSELLECK, 1979, p. 270). Para além de um conceito socioeconômico referente ao desenvolvimento do capitalismo e às mudanças tecnológicas como industrialização, urbanização, crescimento populacional e

desenvolvimento dos meios de transporte, a modernidade também configurava um conceito moral, político, cognitivo e neurológico. Desse modo, ela pode ser compreendida através dos registros da experiência subjetiva que ficaram caracterizados pelos choques físicos e perceptivos do ambiente urbano moderno, ou seja, experiências que jamais tinham sido experimentadas dessa maneira, ganhando uma dimensão que confere ao novo um caráter de época (KOSELLECK, 1979, p. 274). A estrutura da experiência humana poderia ser percebida em um mundo “marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana” (SINGER, 2001, p. 115).

O modernismo foi comumente compreendido no sentido de gosto (a maioria das vezes julgado excessivo) pelo que é moderno. Embora sua primeira aparição comprovada tenha ocorrido ainda em 1879 (COMPAGNON, 2010, p. 28), o sentido do termo foi vinculado, de forma bastante intrincada, às “vanguardas artísticas” da primeira e segunda décadas do século XX, quando seus participantes se sentiam imbuídos da “missão histórica de ser ‘subversivos’ ou mesmo ‘revolucionários’” (GUMBRECHT, 1998, p. 18-19). Em grande medida, para Gumbrecht, a noção de modernismo esteve ligada ao desejo de romper, esteticamente, com a função que se estabeleceu para a representação.

O discurso modernista que rejeitava o passado e projetava a temporalidade para o futuro não deve ser confundido com toda a modernidade estética. A corrente “modernitarista” como referiu Jacques Rancière (2009, p. 38), dizia respeito a uma corrente específica que de fato marcou o trabalho de significativos artistas no Brasil e no mundo. Mário de Andrade é, sem dúvida, uma figura de destaque da literatura nacional e seus reclamos em prol da coloquialidade, da “maneira como falamos” e “como somos” são bastante conhecidos e serão analisados adiante. Embora movimento literário canônico, havia limitações quanto à incorporação dos ideais modernistas.

Ainda que remetam a dimensões particulares da história, as noções “moderno” “modernidade” e “modernismo” não podem ser encaradas de maneira isolada, pois, na maior parte das vezes, elas aparecem imbricadas tanto em termos de ideias quanto em suas temporalidades. O futurismo, por exemplo, conforme afirmava o escritor Berilo Neves em texto publicado pela imprensa carioca em 1926, deveria seguir a “sensibilidade puramente mecânica da vida moderna”. Para ele, a arte e a linguagem futurista deveriam acompanhar a velocidade e a tecnologia da era industrial.

Assim como o automóvel, a imprensa era parte desse “mundo moderno” e se destacava enquanto veículo e expressão das novas ideias vanguardistas. Segundo Annateresa Fabris (1994, p. 65) ao se referir ao movimento paulista, havia consciência por parte dos

intelectuais modernistas de que eles representavam um movimento de renovação cultural e uma “práxis vanguardista no Brasil”. Ainda que o termo vanguarda não fosse utilizado de forma explícita, as categorias através das quais o movimento era pensado, foram as da ação vanguardista.

Parte significativa dos debates ocorridos pelas vanguardas artísticas deram-se também na imprensa ou foram acolhidos por ela. Aliás, os periódicos traziam a renovação em si, através de uma linguagem mais enxuta, língua mais coloquial, uso de palavras consideradas de baixo calão, utilização de imagens como fotografias e assim por diante.

Muitos manifestos modernistas foram publicados em revistas porta-vozes. Esse foi o caso do conhecido “Manifesto antropofágico” de Oswald de Andrade, publicado na *Revista de Antropofagia* em 1928 e do “Manifesto de Cataguases”, veiculado pela *Revista Verde* em 1927. Muitas revistas de vanguarda também ficaram famosas: *A Revista* (1925) de Belo Horizonte, *Verde* (1927) de Cataguases, *Arco e Flexa* da Bahia (1928), *Maracajá* (1929) de Fortaleza, *Madrugada* (1929) do Rio Grande do Sul, *Klaxon* (1922) e *Revista de Antropofagia* (1928) de São Paulo e *Estética* (1924) e *Festa* (1927) do Rio de Janeiro.

Diversos debates ganharam destaque na imprensa e receberam holofotes devido à atuação de intelectuais renomados ligados ao movimento modernista. Esse, por exemplo, é o caso dos debates que ocorreram em torno da língua portuguesa, sobretudo, aqueles que sinalizaram para a necessidade de uma língua mais coloquial e ligada ao modo de falar dos brasileiros. É importante mencionar, como veremos no tópico seguinte, que as polêmicas sobre a língua no Brasil circularam pelas páginas da imprensa nos mais recônditos locais do país, ainda que não guardassem vínculo direto com o movimento modernista de São Paulo, tampouco com os trabalhos produzidos por Mario de Andrade, escritor que produziu material importante sobre a temática à época.

Língua nacional e modernismo impresso

Em diversos momentos da trajetória linguística do país, é possível encontrar manifestações pelo desejo de aproximação entre grafia e pronúncia. Essas aspirações podem ser expressas por meio de matizes diversos. No caso do modernismo brasileiro em específico, é possível afirmar geralmente que se almejou simplificar a ortografia, de modo que os registros escritos se aproximassem da fala diária dos brasileiros, demolindo determinadas convenções como, por exemplo, o apego desmesurado à forma e à escrita gramaticalmente correta e acadêmica.

De acordo com o professor e gramático Celso Cunha, tal questão poderia ser expressa no período colonial a partir da diferenciação entre aquilo que se convencionou denominar língua popular e língua culta. Segundo Cunha, uma insignificante minoria pôde receber instrução universitária e “raros foram aqueles que auferiram o privilégio de ver o produto do seu talento em letra de fôrma” (CUNHA, 2009, p. 20). Seria apenas no século XIX que o Brasil teria o primeiro estabelecimento de ensino superior e a primeira imprensa. Até às vésperas da Independência, as normas gramaticais eram obedecidas pelos letrados da colônia e, por conta disso, a forma culta teria se mantido unificada, ainda que, devido ao artificialismo de tal unificação, tenha aumentado significativamente a distância entre as duas formas de linguagem que praticamente deixaram de comunicar-se (CUNHA, 2009, p. 21).

Por diversas vezes na história, intelectuais bradaram pela participação dos não letrados na composição da nossa língua. Entretanto, a busca por uma escrita livre, próxima do linguajar diário dos brasileiros (ainda que se compreendesse que as variações locais fossem significativas) foi em grande medida atribuída às tendências do modernismo. Diversos escritores ligados ao movimento propunham, conforme afirmou Oswald de Andrade no Manifesto Pau-Brasil, uma “[...] língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos” (Cf. CUNHA, 2009, p. 21).

Edith Pimentel reconheceu que, com a emergência do modernismo, os traços da oralidade começaram a ser vislumbrados como uma possibilidade frente à norma culta. Segundo a autora, “desde Monteiro Lobato e Lima Barreto, mas, sobretudo, a partir do modernismo, a literatura se torna cada vez mais permeável aos coloquialismos de nível familiar e até vulgar” (PINTO, 1988, p. 21).

José Paulo Paes também afirmou que foi com o modernismo que o domínio da língua ganhou autonomia em relação à “prisão erudita”. Para Paes, o movimento “empenhou-se em denunciar-lhe a bacharelise, o ‘lado doutor’ da pedagogia jesuíta continuada pelas faculdades de direito, e o verbalismo que lhe é congênito, o ‘falar difícil’ da língua culta submissa à norma gramatical lusitana” (PAES, 1993, p. 104).

Conforme mencionado, não pretendemos neste artigo negar a contribuição dos escritores e poetas ligados ao modernismo paulista em relação à questão linguística; nosso objetivo é destacar outras produções veiculadas pela imprensa, muitas vezes desconhecidas pelo público e que fizeram parte do mesmo debate linguístico.

Sobre a polêmica em torno da questão pronominal, por exemplo, tão debatida pelos intelectuais modernistas paulistas, ela já vinha sendo colocada pela imprensa há tempos. Frota

Pessoa em 1902 já afirmava no jornal *O Paiz* que era imprescindível resolver de uma vez por todas essa antiga e “idiota questão da collocação dos pronomes”. Era “preciso ainda eliminar, deitar fora, cancelar de uma vez o infinito pessoal, de uma metaphysica entontecedora” (PESSOA, 1902, p. 01).

Muitos intelectuais brasileiros colocaram em jornais e revistas os seus pensamentos de modo a fomentar os debates sobre a língua portuguesa. A imprensa não apenas acolheu essas polêmicas como também as incorporou em suas páginas por meio da forma escrita. Ao mesmo tempo em que atuava culturalmente por meio de seus discursos, a imprensa era marcada por uma escrita considerada inovadora e mais próxima do linguajar coloquial – ainda que nem todos naquele momento encarassem com bons olhos tais “simplificações” da grafia.

Antes de analisar algumas dessas publicações, é importante ressaltar que parte delas vincularam-se ao modernismo no tocante à língua e manifestaram-se positivamente a ele em defesa da “brasilidade” linguística. Outros, porém, viram no movimento, sobretudo a partir da utilização de termos regionais, indígenas e africanos, uma forma de corrupção da língua portuguesa.

Para principiar as reflexões sobre os debates linguísticos daqueles tempos, mencionamos parte das concepções de Euclides de Vasconcelos César, escritor, jornalista e professor, que contribuiu enfaticamente para tais discussões no periódico *A Razão*, de Fortaleza. Sua atuação na imprensa esteve voltada ao desenvolvimento do sentimento patriótico, especialmente dos valores cívicos e morais, contrariando a valorização excessiva dos portugueses “classicistas”, aqueles que defendiam uma grafia mais próxima da sua forma clássica portuguesa. Uma de suas colunas denominada “Florilégio”, por exemplo, dedicava-se a enaltecer cearenses célebres que se destacavam por atividades literárias, artísticas, científicas, dentre outras.

Euclides Cesar encarou de maneira assertiva a atuação dos “senhores futuristas”. Para ele, era justamente a partir da atuação desses movimentos que conseguiríamos a emancipação intelectual e linguística de Portugal. Afirmava em uma de suas colunas que o “modernismo abençoado e victorioso” ou “a tribu anthropophagica” “desportugalisaria” ou expurgaria “o lusitanismo miasmatico e deletério com a mesma energia com que Oswaldo Cruz acabou com a febre amarela no Pará”. Era preciso “fazer nesse classicismo o mesmo que fez Tito em Jerusalem, não deixando um judeu para se fazer um chá”. Deveria-se “arrazal-o, destruil-o por completo criando uma nova lingua, sem nenhuma semelhança com a dos nossos irmãos d’além-Mar”. No fundo, é sempre o raio da língua, “esse desgraçado fator que serve de standarte hyperbolico para uma pretensa amizade fraternal desse grande povo dotado de um

cretinismo descompassado que até hoje só inventou tamanco e carro de bois!” (CESAR, 1929, p. 03).

Em edições posteriores, Cesar reitera o posicionamento crítico aos “lusófilos”, “classicistas”, “lusitanistas”, “quinhentistas”, ou quaisquer outros termos que interligassem a língua entre Brasil e Portugal:

Para os lusófilos e fetichistas da lingua portugueza, não é admissível escrever versos em linguagem matuta, em ‘lingua nacional’ em portuguez modificado para melhor. Aham os classicistas gallegophilos que a lingua deve ser immutavel, não se achando subordinada à lei spenceriana, isto é, da evolução. Estão muito enganados, esses lusitanistas empoeirados. A grande finalidade da arte regional consiste em concorrer para a nossa demorada emancipação intellectual. Para acabar com essa tutela, indecorosa, temos uma optima receita: porretada de cégo em tudo o que cheirar a lusitanismo, dentadas nas formas classicas pontapés no quincentismo bolorento, nesse classicismo que é um dos elementos de que se servem para nos engazoparem essas excellentissimas cavalgadas descompassadas d’Alem-Mar que sonham com a recolonização da “Ilha dos Papagaios” (CEZAR, 1929, p. 03).

Os “penumbristas, futuristas, modernistas e antropofagistas” combatiam os “quinhentistas bolorentos” (CEZAR, 1929, p. 03). O movimento de emancipação linguística estava irradiando-se cada vez mais e, no Brasil não se falava mais português e sim, brasileiro. Tudo parecia indicar que, em breve, com a colaboração das vanguardas, a língua nacional tornar-se-ia um dos fatores definitivos de emancipação.

No ano seguinte e no mesmo periódico de Fortaleza, Euclides Cesar voltava a declarar de forma veemente o predomínio intelectual dos portugueses no Brasil, algo que deveria ser combatido:

Si observarmos a nossa Historia, veremos sempre portugueses contra brasileiros desde os primeiros anseios da sua independência até o memoravel 2 de Julho, cantado pela lyra imortal de Castro Alves. Si a Historia Patria encerra uma epopéa sangrenta entre portugueses e brasileiros, como admitir-se pois uma aproximação, entre esses dois povos que sempre se mantiveram em constante antagonismo? Porque essa patacoada de *raça latina* tendente a uma aproximação luzo-brasileira? Já quando se fez a Independencia, a nossa raça se achava profundamente caldeada” (CESAR, 1930, p. 04).

Para o autor, após a Independência, vieram as correntes imigratórias cujo influxo modificou o coeficiente étnico dos brasileiros, de modo que o sangue português que supostamente “corria em suas veias”, tornara-se insignificante. Dessa maneira, quanto mais rápido se afrouxasse o laço “colonizador”, mais se faria desaparecer o intercâmbio em relação à antiga metrópole. Diziam que o Brasil tudo devia a Portugal.

Diante desse cenário, Euclides Cesar afirmava que aos “senhores futuristas” pesava toda a responsabilidade da tão desejada independência intelectual. Os futuristas “devem ser a guarda avançada das nossas aspirações libertárias, realizando no século XX aquilo que foi um sonho das gerações passadas”. Aliás, admirava que naquele cenário emancipador os senhores modernistas continuassem a escrever “Brazil” com “z”, “a grafia etymologica pleiteada pelo famigerado mestre-escola portuguez Candido de Figueiredo”. Portanto, “aos futuristas e modernistas”, os “paladinos da Brazilidade”, competia “arrebentar todos os grilhões desse afrontoso captiveiro intellectual” (CESAR, 1930, p. 04).

Em outro artigo, desta vez publicado pela revista *Festa* do Rio de Janeiro no ano de 1927 e assinado por Cardillo Filho, o escritor declara vínculo ao movimento modernista e registra sua defesa em relação à língua nacional:

Seria o portuguez a nossa lingua si o houvessemos deixado de fallar um largo trato de tempo e hoje alguém viesse dizer que a lingua nacional é a portugueza e nella começasse a escrever os seus versos e as suas cartas? Seria! ... Então, porque não o flamengo?! Porque não o francez? Porque não, principalmente, o idioma gentil, o ‘gera’, o guarani? Durante largos anos as senhoras e senhores paulistas fallaram o guarani; porque não será ele a ‘lingua nacional’? E, a nossa língua, é a portuguesa apenas porque a recebemos dos descobridores?... Parece que não (FILHO, 1927, p. 10).

Cardillo Filho declarava que seus ideais correspondiam aos dos “homens da Anta”. Esse grupo, também denominado “Verde-amarelo”, era composto de nomes como Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, vertente nacionalista do movimento modernista. Seus adeptos defendiam um rompimento drástico com a cultura europeia como forma de alcançar a independência cultural e política do país. Cardillo Filho suplicava para que não se aclimatasse os costumes estrangeiros, dando-lhes apenas toques de cores e necessidades nacionais. O estilo português nunca foi e nunca seria o nosso (FILHO, 1927, p. 10).

As vistas de exposições como as de Cardillo Filho, o modernismo foi encarado de modo nocivo, sendo apresentado na imprensa como um dos baluartes da corrupção do português no Brasil. Para os adeptos do purismo linguístico, na tentativa de propor uma língua mais próxima do “como falamos e como somos”, os escritores modernistas tenderam a difamar o patrimônio linguístico e cultural do país.

A “mania” de enxertar regionalismos, termos indígenas e africanos desvirtuava nosso idioma de modo deprimente e os escritores modernistas eram os maiores causadores desse infortúnio. Ao tratar do movimento, afirmou o filólogo Francisco da Silveira Bueno que “os modernistas futuristas, verdamarelistas (verde e amarelo, as cores da bandeira nacional), nada

trouxeram de novo ao idioma: ao contrário, descuidaram dele completamente” (BUENO, 1967, p. 275).

Em artigo publicado em 1929 na *Revista do Ensino* de Alagoas, L. Lavenére argumentava que “alguns escriptores modernos” pensavam que a melhor forma de fazer do Brasil uma grande nação era dando-lhe “uma lingua bem diferente da de Portugal”. O autor não via nisso “nem sombra de logica, porque nos Estados Unidos fala-se a mesma lingua da Inglaterra e não foi motivo de impedir que a nação americana prosperasse e enriquecesse. Outros países também nada perderam por cultivar a lingua que importaram da Europa” (LAVANÉRE, 1929, p. 59).

Lavenére manifesta o elo entre língua e prosperidade econômica e conclui que o atraso brasileiro não poderia estar, a exemplo do caso norte-americano, em nosso idioma. Em seguida, o escritor condena a constituição de uma língua brasileira: “Como querem dotar o Brasil com uma lingua propria? Trasendo para a escripta o falar incorrecto da gente inculta?”. Não, “o Brasil não é uma nação que possa impor ao mundo a sua lingua e a sua sciencia, principalmente uma lingua viciada, sem grammatica, sem dictionarios [...]” (LAVANÉRE, 1929, p. 59).

Os brasileiros não estavam em condição de impor ao mundo uma língua própria porque os “sem erudição” ou os “incultos” mal eram capazes de se comunicar. Eles eram donos de uma língua viciada e impregnada de erros – tanto na fala quanto na escrita – e nessa condição desvantajosa, seria pouco prudente afastar-se dos “pais portugueses”.

Elpidio Pimentel também declarou em 1930 na revista *Vida Capichaba* de Vitória, compreender como língua nacional a portuguesa – “esse mesmo opulento idioma em que Camões fundou, para a eternidade, no brônzeo engaste de suas rimas, a epopéa altiloquente dos *Lusiadas*”. Ele admitia as variações linguísticas no país e até compactuava com a ideia de um dialeto, “mas dahi ao extremo de nos vangloriarmos de uma lingua brasileira definitivamente caracterizada, com a sua lexiologia e syntaxe fundamente modificadas [...] - parece-me demasiado arrojo” (PIMENTEL 1930, não paginado).

A falta de integridade linguística no Brasil justificava a necessidade de aceitar de bom grado a língua portuguesa de empréstimo da Europa. Enquanto não ocorresse nossa emancipação, não seria possível sequer sonhar com uma língua ou literatura própria. Nesse terreno, se marcava “uma feição especial da literatura lusitana, transferida por intermedio de sua lingua, para o meio exuberante, tropical e grandioso da natureza americana” (PIMENTEL 1930, não paginado).

Referindo-se aos modernistas em 1930, Fernando Callage afirmou que aquela preocupação com o idioma, a arte de escrever, a colocação dos pronomes, os modelos ilustres e a expressão do sentimentalismo do país dos poetas, havia com eles acabado. Tudo aquilo dantes valorizado, havia se tornado mera excentricidade para os modernistas que, divididos em pequenos grupos, sustentavam aguerridamente a sua flâmula de combate, mas que possuía poucas características nacionais efetivamente: O ‘desvairismo’ do Sr. Mario de Andrade, de gloriosa memória, foi um reflexo da renovação européia. Grito vermelho de liberdade, não há duvida. Mas grito intelectualista, importado. Consequencia do futurismo, e de outros ‘ismos’ negativistas [...] O ‘pau brasilismo’, de Oswald, mais primitivista e, portanto, menos intelectualista que o ‘desvairismo’ do sr. Mario foi uma especie de apresentação e enumeração de motivos para a obra mais alta de construcção que o espirito brasileiro deveria afrontar, e em que o proprio descobridor do Brasil em Paris, devia colaborar, com o seu talento maravilhoso e omnimodo. (PIMENTEL 1930, não paginado)

A primeira frase de Mário de Andrade em seu manifesto modernista *Paulicéia Desvairada* foi: “Está fundado o desvairismo” (1987, p. 59). Todavia, a ousadia e a busca pela liberdade estética proposta por esses intelectuais consoante o texto de Elpidio Pimentel, não passava de “reflexo da renovação européia”. Tratava-se, pois, de um projeto feito em nome da língua, da literatura e da arte de modo geral, mas pautado em ideias importadas. Os ismos: cubismos, dadaísmos, futurismos juntavam-se aos desvairismos estrangeirizados de Mário de Andrade.

O movimento pau-brasil e a figura de Oswald de Andrade seria, para Pimentel, menos intelectualizada que a de Mário de Andrade. Ironicamente, porém, ele era tão estrangeiro quanto todo o movimento e seu livro de estreia em poesia, *Pau-Brasil*, havia sido publicado pela editora parisiense *Au Sans Pareli*.

Adiante, comenta Fernando Callage n’A *Capital* (BA) sobre os “seguidores” dos Andrade e a continuidade do movimento:

Vieram, depois, os primeiros fructos da renovação; pequenos oswaldos, marcos-mirins pululam por todos os cantos, numa proliferação de gafanhotos. Apareceu Guilherme, com o seu livro de estampas, recortes límpidos de paisagens tropicaes. Veio o morubixaba do ‘Losango Caqui’ com os seus primeiros ensaios experimentaes de uma lingua nossa, erroneamente caracterizada pela suppressão das virgulas e das maiusculas. Cousa que produziu verdadeiro escandalo entre praxistas camonianos. Mas, que não correspondia em verdade, á formação do idioma nativo, identificado pela contribuição de seiva e côr, plasmado num material inédito, e temperado nas grandes necessidades inauguraes que a lingua de origem teve que traduzir. Veiu o sr Alcantara, com a sua ironia persistente. Com o seu ‘Pathé Baby’ cinematographico e multicolorido, exclusivamente dymnamico. Veiu Whitmann, não p’ra ensaiar uma especie de poesia internacional, propria de cerimonias ministeriaes” (CALLAGE, 1926, não paginado).

O número de adeptos ao movimento modernista aumentara significativamente, porém, o fato não contribuiu para a ocorrência da “verdadeira brasilidade”. *Losango Cáqui*, por exemplo, publicado em 1926 e escrito por Mário em 1922, com suas experimentações de uma língua nossa e a supressão errônea das vírgulas e das letras maiúsculas, fez produzir escândalo

entre os acadêmicos “camonianos”. Apesar do impacto da obra, a língua utilizada não corresponderia, de fato, à fala da nossa gente.

A polêmica também se estendia ao uso dos termos estrangeiros. O pintor, escultor e escritor Ângelo Guido publicou artigos na imprensa sobre essa infundável polêmica que tomou as páginas da imprensa desde o século XIX. Apesar de problema antigo, Guido atribuía ao movimento modernista esse eterno “elo com a Europa”. O pintor dizia considerar a si mesmo um inovador em relação às artes plásticas, fato que não o enquadrava em nenhuma corrente, nem na “modernista”, nem na “passadista”.

Para compreender suas ideias, destaque pode ser atribuído ao artigo publicado em 1929 na revista carioca *Frou-Frou*. Guido afirmava que o mais importante em relação ao movimento iniciado em São Paulo era seu cunho nacionalista. Porém, apesar das transformações estéticas, o espírito nacionalista ainda não se estabelecera de forma eficiente de acordo com o pintor: “O movimento de Arte Moderna surgiu em S. Paulo como uma revolução que já se está impondo á mocidade, mas nesta revolução esthetica não está ainda a nossa alma, ainda não vibra nestes rythmos novos o espirito selvagem e titanico de Tupan” (GUIDO, 1929, p. 109).

Em termos estéticos, o artista considerava o modernismo algo revolucionário, já que havia despertado a mocidade para um desejo de libertação e anseio por novas formas e ritmos. Todavia, era preciso ir além das aparências, na medida em que nos mantínhamos atados ao estrangeiro: “Não nos illudamos: na maioria das obras, chamadas modernistas ha mais estrangeirismo e banalidade do que espirito novo. Mudamos a forma, mas o espirito não se tornou mais lúcido nem mais profundo”. A renovação ilusória:

Estamos com a cabeça cheia de cubismos, futurismos e expressionismos, continuamos a macaquear, a falar uma lingua que não é nossa, a decalcar expressões que nada dizem da nossa vida, da nossa alma, dos nossos sentimentos, do encanto, do feitiço, dos deslumbramentos desta phantastica natureza que embala nas suas illusões perpetuas. Eu tenho vontade de gritar a todos esses importadores de baratos “ismos” estrangeiros, a todos os que exaltam as inovações esquisitas da Europa, a todos esses estetas de Jazz-band, que não queremos nem cubismo nem futurismo, nem dadaismo ou expressionismo, porque temos a nossa mocidade e o nosso espirito que não apodreceu ainda nas velharias européas, sente-se bastante forte, bastante novo para crear o que a Europa, cansada e impotente, já não é capaz de produzir (GUIDO, 1929, p. 109).

O modernismo não fora capaz de alterar o ato dos brasileiros de “macaquear”, de falar uma língua e utilizar expressões que não eram suas. As vanguardas estéticas “trazidas para cá” só contribuíram para reforçar o apego ao europeu, que tanto se almejou rechaçar:

O que o Brasil precisa é varrer dos seus caminhos o cisco de todos os ‘ismos’ estrangeiros” para que pudesse encontrar a sua forma e espírito. Nós, os novos, não somos cubistas nem futuristas, não somos expressionistas nem ultraístas. Para nós essas causas não têm significação a não ser como tentativas fracassadas de espíritos atordoados e impotentes para encontrar uma expressão para a vida, que se renova. Queremos ser nós mesmos, unicamente nós mesmos, identificados com a nossa alma, integrados na magia e na ilusão da natureza brasileira (GUIDO, 1929, p. 109).

Em relação à noção de cultura e sua importação, lembremos que um dos objetivos do grupo modernista era deglutir a cultura externa e interna – incluindo-se nesse caso a língua – e a partir disso, criar algo com autonomia sem rejeitar o que se passava “lá fora”. A cultura brasileira não deveria voltar-se exclusivamente para suas raízes e produções, justamente porque “éramos uma nação antropófaga, devoradora de tudo que vinha de fora, capaz de assimilar e reproduzir, modificados e enriquecidos, os valores que nos interessavam, eliminando o resto”. Ainda que negasse a subordinação à Europa como civilização universal, o modernismo esteve “aberto ao outro”, interpretando-o como um pouco de nós (ALMINO, 2000, p. 59).

Segundo o escritor e diplomata João Almino, a proposta dos modernistas ia além da mistura entre o “primitivo e o civilizado”, já que a ideia era devorar o outro e regenerar a nós mesmos. A propósito, Oswald de Andrade afirmava que, se trouxe alguma coisa das suas viagens à Europa, havia sido o “Brasil mesmo” (ALMINO, 2000, p. 60). Ademais, o conhecido aforismo citado por ele no *Manifesto Antropofágico* de 1928, “tupi or not tupi, that is the question”, colocava em xeque essa busca não moderada por valores universais.

Porém, nem todos perceberam as características antropófagas do modernismo de maneira positiva. Pelo contrário, conforme vimos, o modernismo foi encarado pelo prisma da importação de ideias europeias. Era preciso varrer todos os “ismos estrangeirizantes” do nosso país e o próprio movimento modernista era um deles. Essa seria a única forma de sermos nós mesmos, de recuperarmos nossa alma e nossa língua.

Conclusão

Os materiais sobre a língua portuguesa aqui analisados e que foram publicados pela imprensa brasileira por volta dos anos 1930 não apresentam, de maneira geral, reflexões mais conceituais ou especulativas acerca do movimento modernista em si, buscando compreendê-lo em suas definições, significados e singularidades dentro do próprio grupo intelectual e artístico.

Segundo o historiador Daniel Faria, a ideia de modernismo é algo generalizante, que acaba proporcionando certo “encarceramento intelectual” (2006, p. 05) e que tende a definir alguns escritores, tais como Oswald de Andrade e Mário de Andrade como parte de um cânone legítimo, enquanto outros, tais como Graça Aranha e Cassiano Ricardo funcionariam a partir de “ideias e formas desviantes”.

Em diálogo com o pensamento do historiador, o que poderia ser dito acerca dos escritores que publicaram seus materiais na imprensa, quase sempre desconhecidos pela crítica e que se inseriram neste mesmo debate? Ainda que muitos autores não tivessem produzido material metódico do ponto de vista acadêmico sobre o modernismo em si, eles participaram ativamente dos mesmos debates, qual seja, a transformação da língua escrita e a ideia de uma língua nacional. Muitos desses intelectuais passaram incólumes ao modernismo e utilizaram-se da imprensa para manifestar oposição direta ao movimento considerado elitizado, pouco acessível culturalmente e estrangeirizante. Aliás, havia aqueles que viram no movimento um verdadeiro retrocesso linguístico. Afinal de contas, cometiam “erros” propositais em relação à língua, desvirtuando-a do seu modelo “clássico” português.

É preciso cuidar para que a história da língua portuguesa no Brasil na década de 1920 e 1930 não seja contada exclusivamente pelos ideais modernistas paulistas. Ainda que o movimento tenha importância inquestionável para a questão literária e linguística do país, trata-se de pensamento heterogêneo e que foi amplamente problematizado por diversos intelectuais da época.

Referências bibliográficas

- ALMINO, João. De Machado a Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira. São Paulo: SENAC, 2000.
- ANDRADE, Mário de. **Poesias completas**. Edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BESSA, José Rogério Fontenele. Para o estudo da vida e da obra de Euclides Cezar. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 12, n. 1/2, p. 187-194, jan./dez. 1987.
- BERMAN, Marshall [1982]. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: A aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BUENO, Francisco da Silveira da. **A formação histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1967.
- CALLAGE, Fernando. Vamos caçar. **A Capital**, Bahia, n. 61, 04 dez. 1926.

- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- CESAR, Euclides. Brazilidade e futurismo. **A Razão**, Fortaleza, n. 298, 18 mar. 1930.
- CESAR, Euclides. Florilegio. **A Razão**, Fortaleza, n. 144, 29 ago. 1929.
- CEZAR, Euclides. Florilegio. **A Razão**, Fortaleza, n. 191, 25 out. 1929.
- COMPAGNON, Antoine. **Os Cinco Paradoxos da Modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- CUNHA, CELSO. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2009.
- FABRIS, Annateresa. **O Futurismo Paulista**: hipóteses para o estudo da chegada da Vanguarda ao Brasil. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994.
- FARIA, Daniel. **O Mito Modernista**. Uberlândia: UDUFU, 2006, p. 07.
- FILHO, Cardillo. Raça e estylo. **Festa**, Rio de Janeiro, n. 06, 01 mar. 1927.
- GUIDO, Angelo. Arte Moderna. **Frou-Frou**, Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1929.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart [1979]. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- LAVANÈRE, L. Língua brasileira. **Revista de Ensino**, Alagoas, n. 15, mai-jun. 1929.
- NEVES, Berilo. Fragmentos. **Careta**, Rio de Janeiro, n. 937, 05 jun. 1926.
- PAES, José Paulo. A ruptura vanguardista: as grandes obras. In: PIZARRO, Ana. **América Latina**: Palavra, Literatura e Cultura. Campinas: UNICAMP, 1993. Vol. 3.
- PESSOA, Frota. A questão ortographica. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 6657, 30 dez. 1902.
- PINTO, Edith Pimentel. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1988.
- PIMENTEL, Elpidio. A língua nacional. **Vida capichaba**, Vitória, n. 213, 06 fev. 1930.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: 34, 2009.
- SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: **O cinema e a invenção da vida moderna**. Trad. Thompson, Regina. São Paulo: Cosac & Naif, 2001.

Notas:

¹ Doutora e Mestre em História e Cultura Social pela UNESP. Docente adjunta do Departamento de História e da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: bia_sic@hotmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-8784-0330>

² Doutora e Mestre em História e Cultura Social pela UNESP. Docente no Ensino Básico (SME-Catalão / GO) e no PPGH-Mestrado Profissional da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). E-mail: veraveira.luci@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-1368-7855>